



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CPR - FORÇA AÉREA

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: geral@ans.pt



CPR - FAP
ANS

Nº: 01/2004
Data: 23 FEV 04

COMUNICADO

Audiência com o General CEMFA

No passado dia 17FEV04, uma delegação da ANS foi recebida em audiência pelo CEMFA, General Taveira Martins, para apresentação de cumprimentos, em face da sua recente tomada de posse, bem como para veicular algumas das matérias que mais preocupam os nossos associados e também para uma troca de impressões sobre o papel do associativismo militar na desejável cooperação, entre militares e suas chefias, no que concerne às matérias de teor social e profissional.

Depois da protocolar apresentação de cumprimentos tivemos oportunidade de abordar genericamente os seguintes aspectos:

1) Carreira dos Sargentos - Como não poderia deixar de ser, este foi o assunto com que iniciámos a breve exposição das matérias que nos preocupam e referimos particularmente:

- a) A necessidade absoluta da revisão do Decreto-Lei Nº202/93, que regulamenta os Quadros Orgânicos das Forças Armadas, caducado desde 1998;
- b) O facto de o desempenho de funções não estar a ser cumprido de acordo com o preceituado no EMFAR, com particular incidência nos postos superiores da categoria de Sargento, e haver inúmeros camaradas a desempenharem funções de posto superior sem que, contudo, lhes seja reconhecido o direito à remuneração respectiva;
- c) A longa permanência no mesmo posto de um número excessivamente grande de camaradas nossos, em particular os 1SAR, com a conseqüente desmotivação que isto causa;
- d) A necessidade de dar cumprimento à figura estatutária de "Adjunto do Comandante" aplicada em particular aos SMOR, facto que não se verifica na maioria das principais unidades da Força Aérea;

Em relação à questão das carreiras obtivemos a informação de que está em preparação uma proposta com vista à resolução da problemática dos 1SAR, para ser presente em Conselho de Chefes de Estado-Maior e em relação à qual desconhecemos o seu conteúdo.

2) Assistência médica - Dando como exemplo a Esquadra de Radar de Foia, foi referida a necessidade de apoio médico ao pessoal colocado em unidades geograficamente mais remotas, assim como às respectivas famílias, quer através da prestação de serviços médicos nas unidades, quer através do estabelecimento de protocolos da ADMFA com entidades aptas a desempenharem esse tipo de apoios, protocolos esses que de acordo com o General CEMFA, serão da iniciativa dos Comandos das Unidades que os submeterão à apreciação superior.

Foi ainda referido o atraso na renovação de cartões de beneficiários da ADMFA, na situação de Reforma.

3) Formação - Foi expressa a incompreensão pelo divórcio existente entre dois órgãos de conselho do CEMFA. Referimo-nos aos Conselhos de Especialidade, cujos elementos estão legitimados para representar a sua especialidade através de uma eleição e os Conselhos Técnicos de Especialidade, que são nomeados para esta função. Entendemos ser benéfico para as especialidades que estes dois órgãos interajam no benefício das mesmas.

Transmitimos igualmente a preocupação sentida pela não transparência nalgumas nomeações para cursos de formação ou valorização dentro das especialidades. Entendemos que devem prevalecer duas hipóteses de nomeação: ou por aferição académica ou por antiguidade relativa;

4) Transportes - Transmitimos a preocupação desde sempre demonstrada pelo entendimento de que foi alvo uma directiva para reorganizar e reestruturar os sistemas de transportes das unidades. Reestruturar e reorganizar não significa terminar, como foi entendimento na maior parte das unidades. Congratulámo-nos com o facto de que a acção conjunta dos militares da unidade, delegados locais da ANS, Direcção da ANS e Gabinete do CEMFA, na pessoa do SMOR, tivesse conduzido, na BA1 - Sintra, ao retomar da carreira de Lisboa, embora utilizando um novo itinerário que impossibilita o seu uso por parte de um número significativo de utentes;

5) Gestão do Pessoal - Demonstrámos a nossa profunda insatisfação por não haver na Direcção de Pessoal, Sargentos com responsabilidades na área das transferências e colocações, ao contrário do que sucede, com excelentes resultados, nos outros Ramos. De igual modo também referimos a nossa incompreensão pela não publicitação das listas de colocações e desempenhos de cargos externos à Força Aérea, nomeadamente no estrangeiro, facto que a acontecer traria uma maior transparência aos actos administrativos, bem como uma melhor capacidade de gestão da "coisa" do Pessoal.

Em relação a estes aspectos foi-nos transmitido que irá ser dada uma atenção especial no sentido de se poderem vir a materializar algumas das nossas sugestões.

6) Sistema Retributivo e Ajudas de Custo - Neste aspecto transmitimos a nossa consciência do momento difícil que o País vem atravessando, a nossa disponibilidade para encontrar soluções ao longo do tempo, mas também a nossa preocupação pela não resolução cabal da tão propalada equiparação ao sistema retributivo da GNR. Reafirmámos a necessidade de se reparar a injusta situação que atinge os SAJ e 2SAR, bem como a actualização do valor das ajudas de custo, já actualizadas para todos os outros agentes da Administração Pública.

Como associação sócio-profissional que somos, representativa de um determinado universo de cidadãos militares, entendemos ser também nossa missão veicular para as chefias militares o teor das nossas preocupações e exigir sermos parte activa na procura das soluções para os problemas que enfrentamos. Afinal, isto mais não é do que pôr em prática o preceituado na Lei Orgânica Nº3, de 29 de Agosto de 2001.

Assim, todas estas matérias agora apresentadas ao actual CEMFA, já o tinham sido ao seu antecessor a quem de igual forma transmitimos a necessidade, senão mesmo a obrigação, de termos de trabalhar conjuntamente em prol da instituição que orgulhosamente servimos.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2004
(CPR - Força Aérea)